



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS - PEI 2021/2026

MAPA DE RISCOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	AÇÕES	UNIDADE GESTORA	RISCOS	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	CONTROLES	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR CHAVE DE RISCO
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	IE2 - Índice de execução do Plano de Consientização Política	Oferecer palestras com conteúdo sobre Educação Cidadã para alunos de escolas públicas e privadas entre 7 e 14 anos (projeto eleitor do futuro) e a partir de 15 anos (projeto Jovens pela Democracia), bem como para magistrados(as), ministério público, servidores (as) e demais colaboradores	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	As palestras não acontecerem conforme programadas no plano de consientização política	1. Ausência de voluntários para realização das palestras; 2. Volume excessivo de trabalho na unidade responsável pela gestão da ação; 3. Ausência de capacitação para exercer a atividade; 4. Falta de interesse dos gestores públicos externos no agendamento das palestras; 5. Ocupação das escolas pelos desabrigados, ocasionada pelas enchentes habituais do Rio Acre; 6. Questões de saúde pública (ex. pandemia da covid 19, etc).	1. Enfraquecimento da democracia; 2. Desconhecimento dos direitos políticos ao público-alvo; 3. Vulnerabilidade do eleitor às investidas de maus políticos.	1. Planejamento das ações do plano de de consientização política; 2. Parcerias contínuas com as entidades de ensino público e privado; 3. Acordo de cooperação firmado com as entidades de ensino.	2	5	10	ALTO	Total de palestras realizadas x Total de palestras previstas.
	IE2 - Índice de execução do Plano de Consientização Política	Oferecer palestras com conteúdo sobre Educação Política e Cidadania para a sociedade civil	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	Ausência de voluntários para realização das palestras	1. Desinteresse dos potenciais palestrantes; 2. Volume excessivo de trabalho na unidade gestora da ação; 3. Ausência de capacitação para exercer a atividade.	1. Desconhecimento dos direitos políticos pelo público alvo; 2. Sobrecarga de serviços para a Escola Judiciária Eleitoral; 3. Enfraquecimento da democracia; 4. Vulnerabilidade do eleitor às investidas de maus políticos.	Mapeamento da instrutoria interna	4	7	28	EXTREMO	Número de capacitações previstas/realizadas
	IE4 - Índice de transparência pública	Atender os requisitos previstos na portaria de regulamentação do ranking transparência	OUIDORIA	Gestão inadequada dos requisitos exigidos na portaria de regulamentação do ranking transparência	1. Rotatividade de servidores na unidade; 2. Deixar de atender os prazos previstos na portaria; 3. Falta de análise preventiva das falhas anteriormente encontradas.	1. Ausência de transparência perante a sociedade; 2. Baixa pontuação no ranking transparência.	1. Diagnóstico preventivo dos itens não alcançados no ano anterior; 2. Nomeação de comissão especial para validação dos links de comprovação dos requisitos; 3. Acompanhamento dos conteúdos das unidades publicados no site do TRE-AC.	2	5	10	ALTO	Quantidade de requisitos atendidos X Quantidade de requisitos previstos na portaria
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	• IE5 e IE8 - Índice de julgamento de processos de conhecimento no 1º e no 2º Grau (Meta Nacional de medição contínua n. 1); • IE6 e IE9 - Índice de julgamento dos processos antigos no 1º e no 2º Grau (Meta Nacional de medição contínua n. 2); • IE11 e IE12 - Índice de agilidade de	Cumprir as metas jurisdicionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça no exercício	CRE/SEJUD	Não cumprimento das metas jurisdicionais estabelecidas pelo CNJ	1. Quadro reduzido de servidores nas unidades de negócio; 2. Eventual morosidade ou produtividade insuficiente; 3. Divulgação tardia do glossário pelo CNJ; 4. Acúmulo de processos na seção de análise de contas, em decorrência do reduzido quadro de servidores;	1. Comprometimento da produtividade processual e imagem da instituição; 2. Perda de pontuação relativa ao prêmio CNJ de Qualidade;	1. Monitoramento do cumprimento das metas por meio dos sistemas processuais e de estatística e de relatórios manuais (PJE e Atena); 2. Reuniões periódicas com os assessores no 2º grau; 3. Análise do acervo processual nas correições anuais no 1º grau; 4. Envio periódico de relatórios de produtividades aos aos Membros da Corte; 5. Apoio de analistas judiciários às zonas eleitorais;	3	7	21	ALTO	Não há (será medido pelos indicadores previsto no planejamento estratégico para o 1º e 2º graus)
	• IE7 - Taxa de congestionamento no 1º Grau; • IE10 - Taxa de congestionamento no 2º Grau.	Reduzir a taxa de congestionamento	CRE/SEJUD	Manter a taxa de congestionamento elevada	1. Quadro reduzido de servidores nas unidades de negócio; 2. Eventual morosidade ou produtividade insuficiente; 3. Divulgação tardia do glossário pelo CNJ; 4. Acúmulo de processos na seção de análise de contas, em decorrência do reduzido quadro de servidores.	1. Perda de pontuação relativa ao prêmio CNJ de Qualidade; 2. Impacto na produtividade e na imagem da instituição.	1. Monitoramento do cumprimento das metas por meio dos sistemas processuais e de estatística e de relatórios manuais (PJE e Atena); 2. Reuniões periódicas com os assessores no 2º grau; 3. Análise do acervo processual nas correições anuais no 1º grau; 4. Envio periódico de relatórios de produtividades aos aos Membros da Corte; 5. Apoio de analistas judiciários às zonas eleitorais;	3	7	21	ALTO	Não há (será medido pelos indicadores previstos no planejamento estratégico para o 1º e 2º graus)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS - PEI 2021/2026

MAPA DE RISCOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	AÇÕES	UNIDADE GESTORA	RISCOS	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	CONTROLES	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR CHAVE DE RISCO
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	IE14 - Índice de execução do Plano de Logística Sustentável	Acompanhar as ações previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme as atribuições do Núcleo Socioambiental (NUSAM) e da Comissão Gestora do PLS estabelecidas na Resolução TRE-AC n. 1.756/2020.	NUSAM	O plano de ações decorrente do PLS não ser executado efetivamente.	As ações não seguirem o cronograma de execução.	Impacto negativo na gestão estratégica local e nacional, afetando no desempenho do tribunal perante os indicadores estipulados pelo Conselho Nacional de Justiça (Ex: índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS).	Reuniões periódicas com as áreas responsáveis pela implementação das ações	2	7	14	ALTO	Ações previstas X ações executadas
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	IE16 - Índice de maturidade em governança pública	Criar planos de ações para o aprimoramento da governança pública no âmbito do Tribunal	ASPLAN	O plano de ações não ser executado em sua efetividade pelas unidades	As ações não seguirem o cronograma de execução.	1. Tomada de decisões inadequadas; 2. Processos de trabalho que não geram valor público à sociedade.	Abertura de procedimento SEI para monitoramento das implementações dos requisitos exigidos no questionário de Governança e Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) nas unidades impactadas.	3	5	15	ALTO	Total de requisitos atendidos X Total de requisitos exigidos no Questionário de Governança e Gestão Pública do TCU
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	IE19 - Índice de absenteísmo-doença	Adoção de medidas preventivas para as doenças mais frequentes identificadas nas consultas e atestados médicos	COGEP	Falta de adesão dos servidores às medidas preventivas propostas pela seção de saúde	1. Falta de interesse dos servidor; 2. Deficiência na divulgação abrangente das medidas preventivas.	1. Aumento no número de licenças de servidores devido a tratamento de saúde; 2. Comprometimento das atividades usuais das unidades.	Comunicação periódica via email aos servidores, ocorrendo a cada semestre ou ano, de acordo com o perfil de comorbidade.	3	7	21	ALTO	Número de servidores afastados x pela quantidade total de servidores
	IE20 - Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho - PRQV	Executar as ações previstas no plano de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho	COGEP	Não executar as ações previstas nos planos de promoção à saúde e de qualidade de vida no trabalho	1. Força de trabalho reduzida; 2. Falta de disponibilidade na agenda e contratação de profissionais	1. Impacto nas atividades usuais das unidades; 2. Fracasso na consecução das metas institucionais.	Acompanhamento dos cronogramas de execução das ações estipuladas no plano.	4	5	20	ALTO	ações executadas x Ações previstas no plano de ações
	IE21 - Índice de unidades gerenciais com competência mapeadas	Mapear as competências de 2% das unidades do Tribunal	COGEP/SEDES	Baixa qualidade das competências mapeadas	1. Falta de conhecimento das competências da unidade; 2. Rotatividade de servidores nas unidades.	1. Mapeamento inconsistente das atividades das unidades; 2. Indicação de servidor sem as competências exigidas para atuar na unidade; 3. Interferência na produtividade das unidades; 4. Interferência no clima organizacional.	Observação das atribuições previstas no Regimento Interno do Tribunal	4	10	40	EXTREMO	Total de competências específicas mapeadas por unidade x total de competências específicas exigidas por unidade
	IE22 - Índice de capacitação de servidores	Executar os cursos previstos no plano anual de capacitação; os cursos exigidos pelas comissões para o prêmio cnj de qualidade; e os de cumprimento obrigatório de gestores e de agentes de segurança estabelecidos pela Lei 11.416/2006	COGEP/SEDES	Não realização dos cursos previstos	Falta de formalização de procedimento pelas unidades demandantes	1. Ausência de capacitação dos servidores; 2. Não cumprimento das metas institucionais; 3. Impacto no prêmio CNJ de qualidade 4. Impacto no resultado da produtividade das unidades.	1. Formalização de procedimento para dar andamento à demanda; 2. Acompanhamento anual do plano; 3. Execução do orçamento destinado às ações de capacitação.	3	5	15	ALTO	Total de cursos executados x total de cursos previstos
	IE23 - Índice de maturidade de governança em gestão de pessoas	Identificar os pontos que estão impactando negativamente na área de gestão de pessoas do Tribunal e definir ações para melhorias (origem: questionário do TCU)	COGEP	Falta de implantação das ações previstas no questionário do Tribunal de Contas da União	1. Acúmulo de atribuições do gestor da unidade; 2. Não elaboração e execução do plano de ação; 3. Recursos humanos insuficientes para realização das demandas da unidade; 4. Falta de reestrutura da unidade.	1. Não cumprimento das metas institucionais; 2. Baixo índice de governança em gestão de pessoas.	Elaboração de plano de ações para cumprimento dos itens exigidos no questionário de governança e gestão do Tribunal de Contas da União	3	5	15	ALTO	Total de ações realizadas x total de ações previstas no questionário de governança e gestão do TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS - PEI 2021/2026

MAPA DE RISCOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	AÇÕES	UNIDADE GESTORA	RISCOS	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	CONTROLES	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR CHAVE DE RISCO
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	IE24 - Índice de aderência ao Plano Anual de Contratações	Monitorar os procedimentos de contratações planejadas, a fim de que sejam todas realizadas, conforme definido no Plano Anual de Contratações, de acordo com a IN TRE-AC 26/2017.	SAOF	Planejamento deficitário	Previsão das necessidades das unidades fora da realidade, no tocante às contratações e aquisições.	1. Compras e contratações não previstas no Plano Anual de Contratação que impacta diretamente na aderência orçamentária; 2. Não atendimento das necessidades básicas do Tribunal; 3. Fragilidade do planejamento realizado.	Acompanhamento trimestral da execução do Plano Anual de Contratação e possíveis alterações, se houver	3	7	21	ALTO	Procedimentos de contratação realizados X Procedimentos de contratação previstos no Plano Anual de Contratação
	IE25 - Índice de agilidade dos processos de contratações e aquisições	Utilizar as listas de verificação dos processos de contratações	COMAP	Não utilização das listas de verificação pelas unidades demandantes: equipe de planejamento, seção de compras e pregoeiros.	As listas de verificação não são formalmente exigidas	Morosidade na tramitação dos procedimentos de contratação	Orientação quanto à utilização das listas de verificação	3	5	15	ALTO	Procedimentos de contratação realizados X Procedimentos de contratação previstos no Plano Anual de Contratação
		Cumprir os prazos previstos nos normativas para elaboração dos artefatos (Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Estudo de Riscos)	COMAP	Demora na elaboração dos artefatos (Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, e Estudo de Riscos)	1. Sobrecarga de trabalho nas unidades 2. Número reduzido de servidores 3. Reduzido número de capacitação	Processos de contratação prolongados	Monitoramento dos prazos estabelecidos nos normativos de nomeação das equipes de contratação pela Gabinete da Diretoria Geral	4	7	28	EXTREMO	
	IE26 - Índice de perda orçamentária	Acompanhar a execução orçamentária, na forma estabelecida pela IN TRE-AC 24/2016	SAOF	Planejamento deficitário	Ausência de procedimentos para que as contratações contempladas na proposta orçamentária sejam executadas dentro do próprio exercício	1. Não execução do orçamento disponibilizado, que impacta nos orçamentos futuros de acordo com as regras da emenda constitucional 95/2016; 2. Não atendimento das necessidades básicas do Tribunal; 3. Baixa aderência orçamentária; 4. Perda de credibilidade com o TSE, quando da necessidade de obtenção de recursos suplementares.	1. Acompanhamento trimestral da execução orçamentária e contratual; 2. Implantação da rotina de emissão de nota de empenho estimativo somente após avaliação da secretaria de administração, orçamento e finanças	3	7	21	ALTO	Percentual contratado x Percentual planejado
	IE27 - Índice de aderência orçamentária		SAOF					3	7	21	ALTO	
	IE28 - Índice de aderência do orçamento de pleitos		SAOF					3	7	21	ALTO	
	IE29 - Índice de maturidade na gestão do processo de contratações e aquisições	Elaborar planos de ações para cumprimento dos requisitos exigidos pelo TCU e não atendidos pelo Tribunal	SAOF	O plano de ações não ser executado em sua efetividade pelas unidades	As ações não seguirem o cronograma de execução	1. Tomada de decisões inadequadas; 2. Baixo índice de maturidade na gestão orçamentária, financeira e nas contratações e aquisições	Abertura de procedimento SEI para monitoramento das implementações dos requisitos exigidos no questionário de Governança e Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) nas unidades impactadas.	3	5	15	ALTO	Total de requisitos previstos no Questionário do TCU atendidos X Total de requisitos exigidos no Questionário de Governança e Gestão Pública do TCU
IE30 - Índice de governança de tecnologia da informação comunicação do TRE-AC - IGovTIC-TRE-AC	Executar os planos de ações para cumprimento da Resolução CNJ nº 370/2021 (Governança de TI)	ASPGOVI	Não execução das ações previstas no plano de ações	1. Quadro reduzido de servidores; 2. Não provimento dos cargos vagos; 3. Afastamentos funcionais; 4. Concorrência com as atividades ordinárias e de eleições;	1. Não executar 100% das ações do plano no período planejado; 2. Não alcançar o grau de maturidade em governança exigido pelo órgãos de controle (TCU e CNJ). 3. Descumprimento da Resolução do CNJ, podendo ocorrer a aplicação de eventuais sanções ao Tribunal. 4. Não atingir o aprimoramento da Segurança da Informação, Gestão de Dados, Aquisições e Contratações.	1. Requisição de servidores de outros órgãos públicos; 2. Aproveitamento de servidores de outra unidade.	5	7	35	EXTREMO	Total de ações executadas x Total de ações previstas no plano de ações	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS - PEI 2021/2026

MAPA DE RISCOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	AÇÕES	UNIDADE GESTORA	RISCOS	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	CONTROLES	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR CHAVE DE RISCO
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	IE31 - Índice de cumprimento do Plano Diretor de TI - PDTIC	Executar os planos de ações do PDTIC	ASPGOVTI	Não execução das ações previstas no plano de ações	1. Contingenciamento de recursos orçamentários; 2. Utilizar o recurso reservado para providência emergencial; 3. Concorrência com as atividades ordinárias e de eleições; 4. Recursos Humanos insuficientes	1. Não executar 100% das ações do plano no período planejado; 2. Não alcançar o grau de maturidade em governança exigido pelo órgãos de controle (TCU e CNU); 3. Não trabalhar de forma colaborativa; 4. Deixar de aperfeiçoar a governança e gestão; 5. Deixar de aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados; 6. Deixar de aprimorar as aquisições e contratações; 7. Não promover serviços adequados de infraestrutura e soluções corporativas; 8. Insatisfação do usuário; 9. Não promover a transformação digital; Não desenvolver as competências dos colaboradores.	1. Acompanhamento da execução orçamentária; 2. Requisição de servidores de outros órgãos públicos; 3. Aproveitamento de servidores de outra unidade; 4. Contratação de mão-de-obra terceirizada.	2	5	10	ALTO	Total de ações executadas x Total de ações previstas no plano de ações
				Recursos humanos insuficientes	1. Quadro reduzido de servidores; 2. Não provimento dos cargos vagos; 3. Afastamentos funcionais.	1. Não executar 100% das ações do plano no período planejado; 2. Não alcançar o grau de maturidade em governança exigido pelo órgãos de controle (TCU e CNU); 3. Não trabalhar de forma colaborativa; 4. Deixar de aperfeiçoar a governança e gestão; 5. Deixar de aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados; 6. Deixar de aprimorar as aquisições e contratações; 7. Não promover serviços adequados de infraestrutura e soluções corporativas; 8. Insatisfação do usuário; 9. Não promover a transformação digital; Não desenvolver as competências dos colaboradores.	1. Requisição de servidores de outros órgãos públicos; 2. Aproveitamento de servidores de outra unidade; 3. Contratação de mão-de-obra terceirizada.	5	7	35	EXTREMO	TURTIC: Total de Usuários de Recursos de TIC TUInt: Total de usuários internos que fazem uso dos recursos de TIC TUExt: Total de advogados, defensores ou procuradores registrados nas bases de dados de cada Tribunal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS - PEI 2021/2026

MAPA DE RISCOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	AÇÕES	UNIDADE GESTORA	RISCOS	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	CONTROLES	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR CHAVE DE RISCO
	IE32 - Índice de adesão a lei geral de proteção de dados - LGPD	Executar o plano de ações da adequação à LGPD	OUVIDORIA	Não cumprimento dos prazos previstos no plano de ações	Desconhecimento da aplicabilidade da LGPD	Sanções previstas no art. 52 e seguintes da Lei n. 13.709/2018 (LGPD)	Inclusão de curso no Plano Anual de Capacitação	3	5	15	ALTO	Total de ações previstas x total de ações executadas nos prazos do plano
				Recursos humanos insuficientes	1. Quadro reduzido de servidores; 2. Não provimento dos cargos vagos; 3. Afastamentos funcionais; 4. Concorrência com as atividades ordinárias e de eleições.	Sanções previstas no art. 52 e seguintes da Lei n. 13.709/2018 (LGPD)	1. Requisição de servidores de outros órgãos públicos; 2. Aproveitamento de servidores de outra unidade.	5	7	35	EXTREMO	Quantidade de servidores existente x Quantidade de servidores exigida para execução das ações
	IE33 - Índice de execução do plano de transformação digital	Executar as ações previstas no PTD	ASPGOVIC	Não execução das ações previstas no PTD	1. Quadro reduzido de servidores na área de desenvolvimento de sistemas; 2. Não provimento dos cargos vagos; 3. Afastamentos funcionais; 4. Concorrência com as atividades ordinárias e de eleições.	1. Não executar 100% das ações do plano no período planejado; 2. Não alcançar o grau de maturidade em governança exigido pelo órgão de controle (TCU e CNU); 3. Não trabalhar de forma colaborativa; 4. Deixar de aperfeiçoar a governança e gestão; 5. Deixar de aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados; 6. Deixar de aprimorar as aquisições e contratações; 7. Não promover serviços adequados de infraestrutura e soluções corporativas; 8. Insatisfação do usuário; 9. Não promover a transformação digital; Não desenvolver as competências dos colaboradores.	Requisição de servidores de outros órgãos públicos;	5	7	35	EXTREMO	Total de ações executadas x Total de ações previstas no plano de ações
	IE34. Índice de satisfação dos usuários de TI	Contratação de atendentes para central de serviços	CIE	Dificuldades na condução do processo licitatório	1. Quadro reduzido de servidores; 2. Não provimento dos cargos vagos; 3. Afastamentos funcionais; 4. Concorrência com as atividades ordinárias e de eleições.	Não dispor de atendentes em quantidade suficientes na central de serviços	Acompanhamento da elaboração dos documentos necessários à licitação.	3	5	15	ALTO	Contratação prevista x contratação realizada.

FONTE: UNIDADES GESTORAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Tabela 3 - Pesos do Impacto

IMPACTO		
DESCRIÇÃO	OCCORRÊNCIA	PESO
Muito Alto	Prejudica totalmente o alcance dos objetivos estratégicos / ações estratégicas (entrega de produtos/serviços e cumprimentos de metas)	10
Alto	Prejudica em mais de 50% o alcance dos objetivos estratégicos / ações estratégicas (entrega de produtos/serviços e cumprimentos de metas)	7
Moderado	Prejudica parcialmente o alcance dos objetivos estratégicos / ações estratégicas (entrega de produtos/serviços e cumprimento de metas)	5
Pequeno	Necessária ação gerencial para impedir que seja prejudicado o alcance dos objetivos estratégicos / ações estratégicas (entrega de produtos/serviços e cumprimento de metas)	3
Irrelevante	Não prejudica o alcance dos objetivos estratégicos / ações estratégicas	1

Tabela 4 - Matriz de Riscos (Valor do Risco)

PROBABILIDADE	Quase Certo - 5	5	15	25	35	50
	Muito Provável - 4	4	12	20	28	40
	Provável - 3	3	9	15	21	30
	Pouco Provável - 2	2	6	10	14	20
	Rara - 1	1	3	5	7	10
		Irrelevante - 1	Pequeno - 3	Moderado - 5	Alto - 7	Muito Alto - 10
IMPACTO						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS - PEI 2021/2026

MAPA DE RISCOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	AÇÕES	UNIDADE GESTORA	RISCOS	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	CONTROLES	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR CHAVE DE RISCO
----------------------	-------------	-------	-----------------	--------	-------	--------------	-----------	---------------	---------	-----------	---------------	--------------------------

Fonte: Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE-MG

Fonte: Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE-MG

Tabela 2 - Pesos da Probabilidade

PROBABILIDADE			
DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIA	FREQUENCIA	PESO
Quase Certo	Evento que ocorre quase sempre	> = 90%	5
Muito Provável	Evento que ocorre na maioria das circunstâncias	>= 75% <= 90%	4
Provável	Evento que provavelmente ocorre	>= 40% < 75%	3
Pouco Provável	Evento que deve ocorrer em algum momento	>= 10% < 40%	2
Rara	Evento pode ocorrer em circunstâncias excepcionais	< 10%	1

Fonte: Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE-MG